

# O TEMPO DOS(PARA) OS DOCENTES E PESQUISADORES NUMA PERSPETIVA DO GÊNERO

## TIME OF AND FOR TEACHERS AND RESEARCHERS IN A GENDER PERSPECTIVE

DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v20n2p39-56

### Resumo

O presente texto debruça-se sobre conceito de tempo, tal como experienciado e perspetivado pelos docentes e pesquisadores. Com base na análise de informação obtida através do cruzamento de várias técnicas de pesquisa, o texto apresenta os principais modos de entendimento do tempo por parte dos docentes e pesquisadores, considerando a definição e descrição do tempo, a pressão institucional para o uso cada vez mais intensivo de tecnologias de informação e comunicação e, finalmente, a apreciação que fazem dos tempos institucionais e dos seus constrangimentos sobre os tempos individuais. Na base da literatura sobre os usos e percepções do tempo na academia e dando particular atenção às diferenças de gênero, o texto mostra que as mulheres académicas e investigadoras apresentam mais dificuldades de organização do tempo do que os colegas homens, ficando evidenciado o constrangimento exercido pelas temporalidades macroglobais que atravessam os universos do ensino superior e da investigação e que se traduzem na implantação do capitalismo académico. As conclusões apresentadas permitem discorrer sobre as suas implicações para a afirmação de políticas de gênero na academia que abarquem o debate sobre uma política de tempos.

**Palavras-chave:** Tempo. Gênero. Temporalidade. Academia. Pesquisa.

### Abstract

This paper focus on the concept of time, as experienced and understood by teachers and researchers. Based on the analysis of information obtained by crossing several research techniques, the text presents the main ways by which teachers and researchers understand time. The analysis is developed taking into consideration the following dimensions: definition and the description of the time, the institutional pressure to use more and more intensive information and communication technologies and, ultimately, the evaluation they make about how institutional times constraint individual times. On the basis of the literature on the uses and perceptions of time in academia and giving particular attention to gender differences, the text shows that female academics and researchers have more difficulties to organize time than men colleagues, as a result for the constraint exercised by macroglobal temporal regimes that cross the worlds of higher education and research and which are translated in the implantation of academic capitalism. The findings presented allow us to discuss its implications for the affirmation of gender policies in the academy which may cover the debate about a time policy.

**Keywords:** Time. Gender. Temporality. Academy. Research.

---

### EMÍLIA R. ARAÚJO

Doutora em Sociologia, Professora da Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal. Telf. 253 604212 E-mail: emiliarraraujo@gmail.com

## Introdução

Este texto tem como objetivo apresentar os resultados de uma investigação realizada em Portugal versando sobre os usos e as percepções do tempo dos académicos e pesquisadores. Nesta pesquisa, não descorando outras variáveis, foi dada maior relevância ao gênero. Entende-se esta enquanto variável compreensiva e explicativa dos modos de perspectivar e experienciar o tempo, com implicações nos modos de convivência com as exigências crescentes de tempos institucionais. Tempos estes cada vez mais caracterizados segundo padrões de tempos racionalizados e sujeitos a lógicas de avaliação, que permeiam todo o tempo quotidiano nas instituições académicas e científicas. Nesse sentido, tomamos como pressuposta a ideia de que o gênero está embebido nas próprias estruturas das carreiras académicas (WINSLOW, 2010), revelando modos diferenciados e desiguais de uso e experiência do tempo.

Para observar o poder explicativo do gênero é importante, no entanto, pensar em termos mais amplos e perceber que os efeitos específicos causados pelo fato de ser-se homem ou mulher em sociedade e, por isso, de se desempenhar papéis diferenciados, face a expectativas também diferentes e desiguais, estão relacionados com as características das temporalidades globais e institucionais que marcam as universidades e as instituições de ensino na modernidade e, muito peculiarmente, o modelo de organização neo-liberal e capitalista (SAGARIA, 2007). Com efeito, as instituições de ensino e de investigação científica atravessam em Portugal e no mundo várias mudanças que surgem em contextos cada vez mais complexos e interdependentes.

A sociologia organizacional permite-nos perspectivar estas mudanças com lentes mais próximas dos quotidianos organizacionais, facilitando a análise do modo entrincheirado pelo qual o ator/investigador/cientista desenvolve a sua atividade diária e constitui a sua experiência. A teoria contingencial, a teoria da dependência de recursos, a abordagem ecológica das populações e a teoria dos sistemas fragilmente ligados, o novo institucionalismo, sobretudo a partir dos conceitos de isomorfismo e legitimidade social, continuam a ser contributos essenciais para o entendimento das experiências das organizações/instituições que lidam amplamente com produtos não especificamente tangíveis, nem completamente planeadas e previstas como são os casos das instituições de ensino e de investigação científica. Com muitas diferenças entre si, estas abordagens convergem no ponto em que acentuam o modo como as organizações que lidam com o conhecimento e com o desconhecido estão em permanente estado de tempo aberto, tempo de expectativa e tempo de incerteza. Este, por definição, é um tempo de ansiedade e de contínua necessidade de enfrentar o desconhecido.

Os estudos organizacionais sobre as instituições de ensino superior e investigação não abundam, mas os existentes – versando sobre o contexto nacional e internacional e fortemente situados ao nível dos estudos sobre políticas do ensino superior – permitem vincar a materialidade desses princípios organizacionais. Propõe-se, nomeadamente, que as instituições de ensino e de investigação estão em processo transformativo profundo. Este devido, em parte, à transformação dos processos de atração e captação de recursos que, deslocando-se da alçada pública, progridem no sentido da afirmação de mecanismos de financiamento privado e auto financiamento, manifestando-se no reforço dos procedimentos de avaliação da qualidade, procura de reconhecimento, valorização social (visível pela proximidade cada vez maior entre mídia e instituições) e mudanças nas metodologias de financiamento e auto financiamento.

Podemos ainda acrescentar os processos de marketing e de captação de estudantes tanto regional e nacionalmente, como em termos internacionais. Com efeito, todas estas tendências convergem no sentido da afirmação do domínio de uma temporalidade linear, marcada pela contínua necessidade de prospectiva, previsão e antecipação. E, ainda, em simultâneo, uma temporalidade algo caótica e aleatória que sobrepõe diferentes exigências temporais provocadas pelos constrangimentos estruturais (e políticos), assim como pela natureza das atividades que se desenvolvem e que estão, elas próprias, marcadas por temporalidades específicas - a temporalidade da disciplina (expressa no objeto, método e disseminação/comunicação).

Trata-se, no entanto, de uma temporalidade que evidencia, nas suas formas de operacionalização, não só o poder de negociação e de discricionariedade do estado e das instituições sobre os académicos, como também as diferenças individuais para a cooptação com essas tendências. Estas envolvem a interferência de variáveis como o gênero e a idade. Ambas variáveis socialmente construídas e dependentes, apesar da margem de autonomia e de racionalidade que possamos conceber e atribuir aos próprios atores nas sociedades democráticas. Com efeito, consideramos que o tempo é um eixo e um elemento estruturante, não só do modo como esses processos transformativos tomam curso, mas também da forma como os atores – nos seus diversos níveis, desde decisores políticos, até aos cientistas, passando pela mídia – experienciam, do ponto de vista fenomenológico, os vários regimes de tempo que constituem o seu quotidiano e respondem a essa experiência.

Em contextos políticos e ideológicos complexos e regulados por lógicas contraditórias no que respeita ao planeamento e modo de operacionalização das políticas de ensino e de investigação, com elevada dispersão de atribuições entre os vários atores, sobreposições de escala das exigências – local e organizacional, nacional e também supranacional - políticas europeias - e global - tendências

globais no mundo da mobilidade acadêmica, da ciência e da tecnologia - importa assumir que o tempo é um elemento constitutivo da praxis acadêmica e científica. Adicionalmente, importa precisar que o ensino e a investigação científica são territórios dinâmicos sujeitos a vários regimes de tempo que entram em conflito e que se revelam, de forma ambígua, na práxis cotidiana - individual - e no planejamento - decisão política.

Cabe ainda entender que o tempo do ensino e investigação é vulnerável a lógicas de administração e controle do tempo incorporadas nas mais diversas ferramentas tecnológicas e midiáticas que atuam, de forma sobreposta, no plano longo e no plano curto, do imediato. Considerando a necessidade de englobar, nesta fase, os docentes e pesquisadores no percurso investigativo, à luz dos pressupostos identificados, progredimos no sentido da definição de questões de investigação e de dimensões de análise que nos permitissem focarmo-nos em dois momentos. Primeiramente, sobre o plano mais experiencial e fenomenológico do tempo. Este, materializado, por um lado, na procura da descrição e identificação dos modos como os pesquisadores/docentes vivem o tempo enquanto profissionais e cidadãos. Por outro, no plano da análise crítica e reflexiva dos mesmos atores sobre a tipologia das mudanças por que atravessam as instituições de ensino e de investigação - relativamente aos processos de regulação do trabalho e, nomeadamente, a respeito da regulação do tempo que, tal como a literatura tem vincado - até muito particularmente no contexto canadense - é feita de forma implícita, opaca e/ou indireta.

A título de exemplo: na alteração de calendários escolares, centralização da programação de horários, datas de candidaturas a projetos, bolsas e outras localizadas em períodos de férias, e/ou festivos. É nesse sentido, que se torna tão relevante atender, não só às práticas dos atores e das instituições, frisando: não perfeitamente formalizadas, mas muito particularmente os seus discursos e as formas pelas quais valorizam e/ou desvalorizam certos procedimentos e/ou tendências. Outros regimes de tempo são atribuíveis à própria natureza do trabalho desenvolvido no ensino e/ou investigação científica ambos produzem mecanismos diferenciados e específicos de modos de estar no tempo.

Assim, determinamos, para esta fase, como questões centrais: I) Como descrevem os docentes/pesquisadores o seu tempo? II) Como pensam as implicações das mudanças mais recentes relacionadas com a racionalização dos tempos no ensino e investigação científica? III) Quais são as diferenças nesses modos de pensar e descrever o tempo que podem ser atribuídas ao gênero? Para procedermos à problematização destas questões, apresentamos de seguida o marco teórico, bem como a metodologia seguida. Posteriormente, expomos os principais resultados. Por fim, discutimos as principais conclusões obtidas, tendo em conta as abordagens teóricas veiculadas.

## I-Marco Teórico

Em termos de fundamentação teórica, a investigação serve-se de diversas abordagens, nomeadamente da sociologia do tempo, da ciência e tecnologia, organizações, trabalho, cultura, bem como, de estudos sobre políticas de ensino superior. Aqui, incluem-se, igualmente, as reflexões e investigações empíricas acerca da relação entre gênero, academia e ciência (ARAÚJO; FONTES, 2013).

O contexto macro-global, em que se constituem as temporalidades diárias, aparece retratado em vários estudos a partir dos paradigmas da aceleração, velocidade, tecnotemporalidade, incerteza e precariedade. Observe-se, os escritos de Rosa (2010), na linha neomarxista de Harvey (1996), mas também de autores mais culturalistas, como Appadurai (1996). Este último designa as identidades nas sociedades atuais como identidades em permanente narrativa espaciotemporal, favorecida pelo poder da penetração da mídia formando o domínio dos mediascapes.

## II-Temporalidades: Academia e Investigação

As temporalidades e os ritmos dos pesquisadores docentes e não docentes estão inscritos em regimes de temporalidade de tipo institucional e macro-social que constituem um determinado sistema e código temporal também este macro-global (DUBAR, 2004). Sob aquelas abordagens que assinalam o sentido progressivo do capitalismo financeiro, aliado ao poder de previsão e antecipação da tecnociência, destacam-se, para o objeto que nos interessa estudar, as teorias sobre as transformações na regulação do tempo na academia e na ciência, nomeadamente assinalando o avanço do capitalismo acadêmico (SLAUGHTER; LESLIE, 1999) alimentado por modelos racionalizados de administração do tempo inscritos nas mais atuais e complexas fórmulas de avaliação e quantificação de indicadores. Tratam-se de abordagens críticas que documentam o avanço de modelos e regimes de tempo hétero disciplinares e abstratos, sobre modelos autodisciplinares, resultado da inspiração (SMITH, 2015). Há olhares, nesta linha, de natureza bastante fenomenológica e que propõem modelos de percepção do tempo distintos entre ensino e investigação, analisando a dimensão da experiência intrínseca do trabalho de investigação, como pertença de um tempo único, e princípio não perturbável pelo mundo - o mundo das burocracias e das coisas urgentes.

Por fim, destacam-se as abordagens com forte pendor construtivista e situadas na linha da crítica à disciplina do tempo - de Foucault - e na linha da rentabilização economicista do tempo - tempo é dinheiro - as quais tendem a destacar, por um lado, as lógicas institucionais que justificam o controle do tempo e, por outro, a permeabilidade do trabalho acadêmico em geral - incluindo investigação - a colonizações diversas permitidas

pelo uso intensivo de tecnologias e de outros meios que facilitam a superação de limites espaços temporais (SPURLING, 2015). Os autores analisam, para o tempo acadêmico e de investigação, a sobreposição de tempos - tempos relativos a planos longos e outros a planos curtos e imediatos-, tempo da investigação - tempos sem tempo -, tempos dos indicadores, dos financiamentos e projetos e, finalmente, entre tempo do ensino e tempo da investigação (YLIJOCK, 2003; 2010; 2013; VOSTAL, 2015). Por outro lado, destacam-se os trabalhos que têm ressaltado, sob uma vertente neomarxista, os efeitos negativos da aceleração dos tempos e da ruptura de temporalidades biográficas, ao nível das atividades de investigação sob a saúde física e mental dos pesquisadores, antecipando tratar-se de um categoria profissional vulnerável, desde cedo, as depressões, síndromes de pânico, ansiedade, entre outros (MENZIES; NEWSON, 2007; 2008; VOSTAL, 2015).

No seu conjunto, estas abordagens, de caráter mais reflexivo, ou empírico – realizadas em vários contextos, como o francês, espanhol, canadense, providenciando dados sobre a evolução das temporalidades e dos tempos acadêmicos num contínuo entre a não regulação e autonomia, até à hipertecnocratização e controle - enfatizam as tendências mercadológicas e capitalistas na academia e na ciência. Perspectivam-nas como estando a desvirtuar as qualidades do labor científico e acadêmico, este refletido não só nas aulas, como nas orientações e atividades gerais de aconselhamento e supervisão, ao estabelecerem regimes de tempo que se sobrepõem e que são estranhos às próprias temporalidades da investigação científica, por um lado, e do ensino, por outro.

Bouffartigue; Morandat (2015)<sup>1</sup> escrevem que

Depois de vinte anos, a investigação tem sido, de fato, apresentada por muitos economistas e políticos como um bem essencial para a competitividade de uma nação. Mas essa vantagem não seria eficaz se não considerarmos a capacidade dos pesquisadores para multiplicar e valorizar os resultados das suas pesquisas, a capacidade das empresas para inovar nos mercados, bem como a qualidade das relações estabelecidas entre os acadêmicos e os atores das empresas. Para além da retórica onipresente que valoriza a durabilidade e a competitividade da “economia do conhecimento”.

Com efeito, associada ao questionamento e à problematização do tempo está a necessária análise sobre as temporalidades profissionais e os tempos de contrato. Um dos traços mais comuns entre os estudos que mais ou menos diretamente versam sobre os tempos e as temporalidades acadêmicas residem na crítica aos modelos de carreira em ciência e investigação, assim como condições do trabalho

científico. A este respeito, a precariedade, a fragmentação e o domínio da temporalidade de curto prazo parecem dominar os contextos de trabalho acadêmico e científico por toda a Europa, fazendo sobressair outras problemáticas, como a pobre articulação entre vida profissional e vida privada, não só no que concerne aos tempos diários, mas também e, sobretudo, aos tempos biográficos (FOX, 2001; HERMANOWICZ, 2007; STEPHAN, 2012).

Ait Ali; Rouch (2015) consideram que os professores estão cada vez mais envolvidos com meta atividades. Na sua perspetiva, as agendas dos docentes e pesquisadores seriam continuamente alteradas pela pobreza dos tempos, pela multiplicidade de sequências entre atividades e a natureza do compromisso exigido, assim como pela imprecisão relativa aos objetivos traçados e à atividade. Analisando os calendários dos professores e pesquisadores, os autores mapearam a existência de três tipos de tempo: os tempos restritos objetivos; tempos forçados e auto prescritos, tempos ressentidos e tempos exprimidos. Segundo os autores, estes tempos entram várias vezes em tensão, sobretudo devido à ausência de fronteira clara entre tempo profissional e tempos relacionados com atividades domésticas; a descontinuidade das práticas profissionais; o entrelaçamento e às vezes concorrência de múltiplas escalas de temporalidades; o desnível entre as representações pessoais sobre as próprias atividades e as injunções institucionais (produtividade, aceleração dos ritmos de atividade etc.).

Noonan escreve, a este respeito, o seguinte:

As centres of academic capitalism, the value of university teaching research is measured exclusively in terms of its production of ‘job-ready’ graduates and profitable commodities, a development which compromises academic freedom because it threatens the very possibility of teaching and research which is either indifferent or opposed to the ruling money-value of the capitalist market, but not valueless in consequence: fundamental scientific research, publically funded technological development in the public interest, artistic creation and public-minded social criticism (NOONAN, 2015, p.2).

Os estudos sobre gênero e academia têm-se acentuado desde os anos 1960 (FOX, 2004). Citemos o trabalho seminal de Bernard (1964) que abordou as diversas formas de desigualdade de gênero na academia e na ciência. Uma das principais conclusões resultantes desses estudos refere-se à ideia de que, apesar da sua especificidade, os mundos acadêmicos e da ciência não estão isolados. Eles refletem características e padrões que caracterizam outros campos (BROOKS, 1997, BRADLEY, 2000; GAIO, 2000; FOX; STEPHAN, 2001), revelando a natureza persistência dos padrões de comportamento, especialmente relacionados com as relações sociais de gênero.

<sup>1</sup> Citação extraída do artigo apresentado online e disponível em: <<http://temporalites.revues.org/2540>> . Consultado em 10-10-2015.

Em todo o mundo, há enormes evidências de mudanças ocorrendo nos últimos anos sobre o aumento do número de mulheres na academia e na ciência, bem como sua visibilidade social e reconhecimento. Ainda assim, muitas questões permanecem sem resposta relativas a persistente disparidade nas trajetórias entre mulheres e homens, bem como à continuidade das várias formas de discriminação e segregação, verificáveis, não apenas nos espaços nacionais, mas também no internacional e transnacional (CHAMBERLAIN, 1988; KIM, 1990; AMÂNCIO; ÁVILA, 1995; CHRISLER, 1998; COLLINS et al., 1998; BAGIHOLE; GOODE, 2001; FOSTERS, 2001). Em palavras simples, as mulheres ainda estão experimentando diversas formas de interdições sociais, que afetam sua promoção social e seu auto-conceito e que podem ser considerados como formas de desigualdade objetiva e subjetivamente experimentada. No entanto, a conclusão mais marcante é que as mulheres estão experimentando esses embargos em crescente do mundo globalizado, supostamente muito mais transnacional e livre de padrões tradicionais.

### III- Gênero, tempo e academia

Os estudos sobre a relação entre gênero e usos do tempo constituem hoje um vasto campo de pesquisas sociológicas nos vários países do mundo. Desde as pesquisas mais centradas no estudo dos orçamentos do tempo, até pesquisas endereçadas aos significados, sentidos e experiências subjetivas do tempo e dos ritmos temporais, incluindo enfoques mais biográficos e individuais ou coletivos, tem-se verificado a persistência de conclusões que apontam no sentido da existência de processos de socialização distintos entre homens e mulheres (PERISTA, 1999; DEVETTER, 2009). Tais diferenças, que assinalam modos significativamente singulares de sentir, perceber e se orientar no tempo, são, então, consideradas responsáveis pelas distinções interiorizadas como “naturais” entre homens e mulheres, atendendo à profundidade de atuação dos padrões de dominação masculina existentes em sociedade. De forma sucinta, os estudos apontam, no seu conjunto, algumas mudanças mais recentes relativas ao modo como os homens começam a despender mais tempo em atividades domésticas tradicionalmente desvalorizadas no espaço e tempo públicos, como por exemplo, cuidado dos filhos e algumas tarefas ligadas à reprodução familiar.

Todavia, a maioria destaca que não só há diferenças nos usos e percepções do tempo entre homens e mulheres, como se observa a persistência de desigualdades entre ambos os sexos, sobretudo em contextos familiares de vida a dois e com dependentes – filhos e/ou idosos. Acrescentam os estudos que as mulheres em situações sociofamiliares e profissionais idênticas às dos homens, não só despendem mais tempo do que eles em todas as atividades relacionadas aos mundos domésticos e familiares, como acabam por

incorporar no seu tempo um nível mais elevado de carga mental/responsabilização e culpabilização, do que eles. É certo que a grande explicação para estas disparidades é de origem sociológica e tanto demonstra a tendência para serem mais as mulheres a objetivarem a sobrecarga temporal, como atestam permanecer da parte delas e dos próprios homens a ideia sobre o caráter natural dessa disparidade (BOUFFARTIGUE, 2010).

Toda a descrição e análise apresentada anteriormente acerca do tempo e da temporalidade na academia e que passa pela ênfase sobre a redução do tempo e a aceleração do ritmo, devido a vários fatores, entre os quais a crescente midiaticização do trabalho científico e acadêmico, deixa evidenciar diferenças nos modos de convivência com os regimes de tempo dos professores e pesquisadores, pois nem todos possuem os recursos adequados para responder a essa temporalidade de tipo linear e cada vez mais assente na temporalidade produtiva de tipo aberto, isto é, sem referenciais (SARUGAI, 2012). Além de outras variáveis que figuram, tratadas noutros estudos, como as que se relacionam com a etnia e a área científica – que, como vimos, produz as suas próprias regras e modelos de orientação temporal – destaca-se a classe social de pertença, bem como o gênero. Embora tenhamos noção sobre o efeito cruzado e imbricado destas diversas variáveis, tal como afirma a sociologia das desigualdades de gênero, destaquemos neste artigo os efeitos atribuíveis ao fato de se ser homem ou mulher, com isso ficando evidenciados os papéis socialmente esperados e atribuídos a um e a outro em sociedade e, neste caso concreto, no próprio campo acadêmico e científico.

Apesar de uma literatura crescente ter vindo a enfatizar o reforço das políticas de igualdade de gênero na academia e na ciência, manifesto na promoção das mulheres a posições de poder, introdução de normas de organização do tempo mais favoráveis às famílias e mulheres com filhos e outros dependentes, assim como introdução de mecanismos de avaliação baseados no mérito, os estudos e as evidências empíricas continuam a mostrar os desníveis sentidos pelas mulheres no acesso às posições de poder e na manutenção dessas posições, sendo de destacar a atuação de mecanismos implícitos que acabam por favorecer os homens e de certa forma, a prejudicar as mulheres (FOX, 1995; 2001; 2005). Estamos a referir-nos a todos os procedimentos do quotidiano que estabelecem exigências mais facilmente satisfeitas pelos homens, do que pelas mulheres, sobretudo quando estas têm outras atribuições familiares não cobertas pelos seus pares. A literatura sobre gênero e ciência e gênero e academia consegue ser extremamente complexa no que respeita à ponderação de todos os fatores que podem ou não afetar o tempo dos homens e o tempo das mulheres e, sobretudo, a favorecer uns em detrimento dos outros.

Além das abordagens que enfatizam serem as mulheres as que menos se importam com a competição

na academia e na ciência, em benefício da satisfação de outras necessidades ou projetos provados, as abordagens de caráter construtivista e também estruturalista tendem a frisar a existência de desigualdades pronunciadas no que toca à quantidade e à natureza do tempo disponível dentro e fora da academia e da ciência para homens e para mulheres, adiantando, entre outras, que a academia e a ciência são campos refratários, que refletem as normas e os modos de funcionamento de outros campos, “exteriores”: por exemplo, as mulheres tendem a arcar com tarefas e atividades que são de tipo mais administrativo, tem caráter urgente e tem menos valor acrescentado em termos de avaliação. Para além disso, são tarefas que contribuem para a manutenção e desempenho de cargos/ posições majoritariamente preenchidos pelos homens. Nos universos e quotidianos organizacionais começa a ser mais comum ouvir conviver com a ideia de que as áreas da academia e da ciência passarão pela feminização do ensino e pela masculinização da investigação. O estudo de Winslow (2010) documentava já esta tendência como realidade, propondo uma rede de variáveis explicativas da aparente “preferência” evidenciada mais pelas mulheres em relação à atividade de ensino. Entre elas, a mais importante relaciona-se com os processos de socialização das mulheres e de homens, tanto em fases anteriores à entrada na academia e na investigação, como em momentos posteriores e que posicionam as mulheres em desempenhos de atividades mais relacionadas com o ensino.

Adicionalmente, estas tendências também demonstram a própria e paradoxal desvalorização do ensino, face ao lugar ocupado pela investigação no reconhecimento nacional e internacional das universidades e, conseqüentemente, oportunidades de financiamento. Interessantes será ainda notar que, não havendo estudos conclusivos sobre a variável, as pesquisas feitas particularmente no contexto francês e dos Estados Unidos (WARD; WOLF-WENDEL, 2012) que tendem a especular que, apesar das testadas dificuldades adicionais das acadêmicas e investigadoras casadas e com filhos, estas acabam por ter acesso menos sujeito a preconceitos, do que as mulheres solteiras acadêmicas e investigadoras e que demonstram ter níveis de ambição mais elevados. Fato que se tem explicado, justamente pela construção social dos papéis e das expectativas em relação aos homens e mulheres em sociedade (FRITSCH, 2015).

Como observara Kristeva (1979) que a “civilização” ocidental criou uma crença poderosa e sem precedentes na linearidade, progresso e futuro, a qual está normalmente ligado a uma visão estrutural e linear. E que a linearidade, reproduzida ao longo do tempo e do espaço, não foi apenas considerada exclusivo dos seres humanos sociais, mas também radicalmente superior a outras formas de temporalidade. Tal sugere que o homem seria o aventureiro (voltada para o futuro) e as mulheres as responsáveis pela reprodução- dominada pelo passado

e pela ciclicidade (LECCARDI; RAMPAZI, 1993, KRISTEVA, 1979; BURCHILL, 2010). Perante o domínio da temporalidade masculina, da qual se faz a academia, torna-se mais difícil para as mulheres nas mesmas posições hierárquicas garantir os mesmos tempos de chegada a uma certa posição, ou ter a mesma quantidade e disponibilidade de tempo para desenvolver as atividades exigidas, parte das quais debaixo de uma temporalidade que é em si, de tipo linear e masculino.

A carreira acadêmica estabelece um conjunto de exigências que surgem planeadas de antemão mais pelas mulheres, do que pelos homens, pois as suas temporalidades biográficas estão mais marcadas pela contingência e pelo domínio do presente (LECCARDI; RAMPANZI, 1993). Além de serem presas naturais das atividades de reprodução (administrativas, de recolha de dados, direção de cursos, gestão pedagógica, as mulheres acadêmicas e cientistas, por efeito dos limites temporais que regulam as suas temporalidades biológicas, acabam estabelecendo hábitos de programação e de planeamento mais cedo nas suas vidas. Esta conclusão é extensível a todas as áreas de atividade e é válida para a maior parte dos países (SAGARIA, 2007). Mas, ela é particularmente relevante para a análise das subjetividades temporais das mulheres no contexto da academia e da ciência, por tratar-se de atividades que incorporam três importantes características típicas, isto é, praticamente independentes dos contextos político-culturais que envolvem cada mundo acadêmico e científico nacional. Trata-se, por um lado, do caráter contínuo e acumulativo da atividade (de forma muito simples traduzido na correspondência entre a probabilidade de obter melhor avaliação e a acumulação permanente de indicadores de produtividade, aos quais está ligada a própria possibilidade de obtenção de maior nível de reconhecimento e prestígio) e, por outro, no caráter enormemente relacional do trabalho científico e acadêmico, tal como observado por Bourdieu (2003), embora num tempo diferente do presente e para um contexto em que a academia e a ciência eram, de fato, mundos hipermasculinos e masculinizados.

Ora, sendo a acumulação de indicadores de produtividade e de relações uma característica inerente à temporalidade dos percursos na academia e na ciência, qualquer intervalo de tempo que assinale uma paragem anuncia perdas e descontinuidades indesejáveis (ainda que consideremos a esse respeito a influência dos capitais culturais, visões do mundo, expectativas e aspirações profissionais na tomada de decisão, que acontecem de forma não consciente, revelando a internalização das estruturas objetivas de dominação). A terceira característica prende-se, justamente, o prazo de validade da temporalidade biológica feminina inscrita no tempo e no ritmo bio-fisiológico da fertilidade (Bitencourt, 2013).

Ainda que a temporalidade tecnocientífica proponha cada vez mais formas de manipular tais limites, oferecendo

meios às mulheres para anteciparem os seus projetos futuros a respeito, muito particularmente, dos projetos de serem mães (que, tal como se encontra documentado na literatura sobre gênero, é um projeto socialmente construído e, portanto, tanto condicionado, como esperado), esta temporalidade biológica encontra-se cada vez mais com menos possibilidades de ser acertada com as temporalidades abstratas e institucionalmente reguladas e constituídas, no quadro do capitalismo acadêmico que, tal como observamos, sancionam paragens e intervalos). Mesmo assim, portanto, colocando de lado outras variáveis que podem contribuir para que as mulheres “contornem” tais efeitos temporais da própria temporalidade biológica, é certo que por um lado, ela não é nem considerada formal ou informalmente na praxis temporal institucional, observando-se, por vezes, um fenômeno de encobrimento discursivo das próprias acadêmicas e científicas, ao não admitirem, elas próprias, a temporalidade biológica como condicionante de possíveis discontinuidades temporais nos seus percursos, mesmo quando objetivam e narram terem tomado decisões relativas a eventos pessoais e familiares – como (não) casar, ou (não) ter filhos – na dependência de outras decisões assentes na avaliação que fizeram sobre o momento ideal na sua trajetória acadêmica e científica para as efetuarem (ARAÚJO, ARAÚJO; FONTES, 2013). Em geral, esta complexidade intrincada de tempos e de avaliações subjetivas sobre os momentos, as alturas certas escapa nas histórias de homens acadêmicos e cientistas (HERMAN, 2009)

Além do efeito da temporalidade biológica, ressalte-se como ganha terreno afirmação de temporalidades biográficas na academia e na ciência que contornam as antecipadas e estruturalmente enraizadas dificuldades de lidar com atribuições domésticas e familiares, particularmente evitando atribuições relacionadas com o crescimento e acompanhamento de filhos. No estudo que desenvolve Whittington (2011, p.50) propõe que haja cada vez mais homens e mulheres que, estando na academia e na ciência, modelam a sua vida de forma a não terem filhos:

On the other hand, it could be argued that rather than industry, it is the academy that produces unique influences regarding motherhood. Do childless women in the academy engage in “discrimination avoidance behavior,” where they disproportionately avoid becoming mothers in order to not be disadvantaged (or have conflicts between research and family)? Among tenured women and men in the sciences, for example, 70% of men but only 50% of women reported having children in the home (Mason & Goulden, 2002), and more women scientists than men in the academy indicate that they had fewer children than they wanted (Mason & Goulden, 2004). However, a comparison study of women in industry also finds women more likely than men to report foregoing or delaying parenthood and

marriage (Simard, Henderson, Gilmartin, Schiebinger, & Whitney, 2008). Indeed, there are similar percentages of women with children in both the academy and industry in this sample (44% of women, in both sectors). On the surface, academia does not seem to be supporting larger proportions of childless women (i.e., “avoiding” motherhood to a greater extent) than in industry, at least among doctorate-level science professionals.

Interessa, pois, pensar em algumas grandes ideias: por um lado, a academia e a investigação constituem campos muito singulares que historicamente conferiram lugar privilegiado aos homens, assim refletidos na associação entre professor, investigador de sexo masculino e valor - reconhecimento da atividade. Homens que, também historicamente, estão reservados da contaminação ao mundo – ao mundo das atividades diárias, do cuidado dos filhos e de dependentes e pela entrega total ao tempo da investigação, tempo lento do pensamento e da reflexão. Esta temporalidade estruturalmente masculina continua vigente e leva-nos a segunda grande ideia: as temporalidades e os tempos de cariz capitalista ventilados de várias formas, no quotidiano dos pesquisadores expressa-se na menor possibilidade de as mulheres dedicarem mais ou igual tempo que os homens à investigação, a fonte principal da avaliação no modelo atualmente em vigor.

Tal acontece tanto por via da atuação de mecanismos indutores típicos da academia e da ciência, como da prevalência de normas e regimes de tempo sexualmente determinados no exterior, na família, na classe e nos grupos dos quais fazem parte. Refira-se Whittington (2011), autora que chama a atenção para a crescente necessidade verificada no seio da academia e da ciência em relação à participação dos docentes e pesquisadores em atividades de envolvimento com a comunidade, incluindo indústria e as suas implicações desiguais nos homens e nas mulheres, o que acontece não por falta de mobilização das mulheres, mas porque as mudanças no sentido da definição dos critérios de avaliação da produtividade acadêmica não são concomitantes com mudanças ao nível da igualdade de gênero nos contextos familiares e domésticos. Daí as mulheres ficarem com os tempos mais constrangidos, do que os homens para responder à temporalidade aberta da avaliação.

A autora escreve o seguinte:

A focus on patenting allows for an examination of the ways in which men and women workers, especially parents, negotiate new dimensions of productivity amidst the existing demands of their professional work. Inventing is a largely “optional” activity for academics but can carry extensive monetary and reputational benefits for inventors. Yet patenting requires available time and resources and can hinge on the development of commercial relationships and invitations

to participate. Although previous work on science professions suggests little differences in productivity exist between female parents and others, mothers' status may complicate opportunities to conduct research in new directions like commercial behavior (WHITTINGTON, 2011, p. 417).

A problematização elaborada permite-nos estabelecer as dimensões principais do estudo que desenvolvemos. Porque consideramos que o gênero é uma variável essencial para perceber o funcionamento do mundo social e o comportamento dos atores sociais, dele se evidenciando normas e padrões sociais, procuramos estabelecer dimensões comuns a homens e a mulheres, deixando espaço para se analisar, de forma mais aprofundada, que diferenças e/ou similitudes há entre homens e mulheres, tanto ao nível das práticas concretas, como muito especialmente, ao nível dos discursos. Discursos que são práticas e que evidenciam os lugares e as posições de poder.

As principais dimensões de análise que estabelecemos são as seguintes:

- Definição e avaliação do (seu) tempo;
- Influência das tecnologias de comunicação e informação e mídia, em geral, no tempo de que dispõem e nos modos de uso;
- Identificação e tipo de reflexividade sobre constrangimentos institucionais e políticos/modos de marcação temporal;

#### IV- Metodologia

O artigo baseia-se numa pesquisa qualitativa que envolve observação e entrevistas a cientistas. Existem vários tipos de técnicas ao dispor para a análise dos modos de entender o tempo. Neste trabalho, optamos por usar dois tipos de técnicas: a etnografia direta, a partir da observação das práticas dos atores no contexto organizacional e a observação participante principalmente focada sobre os processos de administração e gestão. Também consideramos um inquérito por questionário a todos os docentes e pesquisadores de uma universidade pública e composto de quatro questões, as quais se pede para que sejam respondidas de forma anônima e ampla. O questionário, constituído por perguntas abertas, foi administrado através de uma plataforma online tendo sido enviado um pedido para a lista de endereços de todos os funcionários da instituição, com o objetivo de serem preenchidos apenas por pesquisadores e/ou docentes e a quem pedíamos para que se posicionassem escrevendo o que pensavam sobre cada uma das questões.

Até ao momento, foram tratados cerca de 10 pequenos ensaios, desse total de 10 elementos, compreendem-se cinco homens e cinco mulheres. Numa fase posterior, pretendemos realizar entrevistas mais extensas aos

decisores políticos e diretores. Aprofundaremos, também, os pequenos ensaios, expandindo-os a mais docentes/pesquisadores. A informação recolhida é/será sujeita a análise de conteúdo, mediante as dimensões traçadas e já apresentadas.

Incluimos neste artigo a análise de 63 entrevistas realizadas a pesquisadores no âmbito de um projeto sobre mobilidade internacional nas carreiras em ciência e realizadas entre 2008 e 2012.

Todas as informações recolhidas e tratadas permitem-nos apresentar resultados que favorecem a construção exploratória de uma problematização acerca das questões tratadas. Apesar de a informação ser obtida através de diversas técnicas aplicadas em momentos diferenciados, porque versam sobre a mesma problemática e sobre os mesmos grupos, conferem coerência à análise, consolidando as conclusões obtidas.

A opção que seguimos nesta fase não estabelece relações entre outras variáveis de perfil, como a idade, posição hierárquica, estatuto marital, classe social e outras características dos e das participantes e modos de uso e representação do tempo. Embora se considerem variáveis extremamente importantes, o âmbito do artigo desenha-se no sentido de elucidar e problematizar as principais características dos discursos veiculados posicionando-os no contexto dos debates sobre as transformações do tempo na academia e na ciência, por um lado, e no contexto dos estudos do tempo e gênero, por outro.

#### V- Resultados e Discussão

O contexto do estudo de caso é marcado, como é típico encontrarmos nas universidades de hoje, inscritas e empenhadas na criação de mecanismos de atração e de reconhecimento face à comunidade académica, mas sobretudo face à comunidade envolvente em geral, por uma temporalidade institucional. Esta expressa nas mais diversas ações implícitas e explícitas dos universos organizacionais, que privilegia a mudança permanente, a preparação individual para a incerteza, a intensificação dos usos das tecnologias de informação e comunicação como facilitadores do planeamento e do controle e apoio à decisão, e também por um conflito permanente entre tempo do ensino e para o ensino e tempo da investigação e para a investigação.

Quanto aos pequenos ensaios que pedimos, as conclusões apontam para padrões muito similares aos que enunciamos antes, ao apresentar o enquadramento teórico. Nesta fase, vamos deter nas principais conclusões, não considerando ainda efeito de variáveis como sexo, área científica e situação relativamente à maternidade/paternidade.



## VI-Avaliação e descrição do tempo

Relativamente à definição e avaliação do tempo próprio – nomeadamente atendendo ao ensino e à investigação – os participantes apresentam muita dificuldade em defini-lo e posicionar-se em relação ao tempo de que dispõem, o que evidencia a natureza tomada como garantida dos regimes de tempo, por mais convencionais e artificiais que estes sejam, isto é, sejam criados através de regulações e de procedimentos típicos das instituições e por vezes em resultado de imitação de outros contextos.

Ainda assim, os participantes docentes e pesquisadores enfatizam nas suas reflexões a articulação entre tempo para a investigação e tempo para o ensino, observando, sobretudo, a relativa falta de habilidade para separar e hierarquizar as atividades relacionadas com a investigação e com o ensino. Esta tendência é observável no excerto a seguir apresentado:

O meu tempo é cada vez mais escasso para desenvolver as atividades de ensino e, sobretudo, de investigação. É necessária uma enorme disciplina e planeamento do trabalho, até porque para além dessas atividades há muitas outras. No meu caso, procuro conciliar, sempre que possível, as atividades de ensino e de investigação, mas haverá áreas em que isso pode ser difícil de fazer. De uma forma geral a ideia é de falta de tempo, permanentemente, sobretudo para quem quer desenvolver uma investigação séria, efetuar novas leituras e dar a devida atenção aos alunos e às orientações de dissertações de mestrado e teses de doutoramento (mulher, catedrática).

Em seu texto recente, Baker (2010) ainda usa o argumento de que as mulheres tendem a mostrar menos confiança do que os homens na obtenção de promoções, particularmente quando elas são mães e sentem que precisam lidar com demandas distintas, que incluem as barreiras invisíveis, escondidas por reclamações sobre imobilidade. Com efeito, tanto homens como mulheres revelam esta dificuldade em definir e avaliar o tempo, mas são mais as mulheres que produzem detalhes sobre o que consideram ser o seu tempo. São também as mulheres as que melhor evidenciam os constrangimentos dos tempos de trabalho e a vida pessoal, assim como entre ensino e investigação, salientando mais vezes a importância que têm no seu dia a dia o desempenho de atribuições relacionadas com o ensino, a gestão pedagógica e administração – tarefas altamente consumidoras de tempo e com pouco potencial de avaliação, sobretudo atendendo aos indicadores de produtividade traçados como hegemônicos, debaixo da temporalidade institucional, sobre a qual já falámos antes.

Daí que as mulheres tendam a frisar mais acentuadamente a “enorme disciplina e planeamento

do trabalho” que caracteriza o seu tempo quotidiano, no sentido de corresponder às lógicas temporais instituídas e socialmente esperadas. É certo que os participantes do estudo veiculam um elevado grau de crítica, face aos regimes de tempo que caracterizam o seu dia a dia. Todavia, aplicando léxicos elucidativos da erosão de fronteiras entre tempo de trabalho e tempos pessoais e familiares, assim como do que consideram ser “excesso” de demandas, atendendo, como se diz no excerto abaixo, ao “desequilíbrio profundo entre as tarefas propostas e esperadas e o tempo efetivamente existente para as realizar”. Todavia, como é perceptível nos excertos anteriores e subsequentes, as próprias mulheres, além de não avançarem reflexões mais incisivas sobre os motivos por que acontecem tais movimentos de crescente constrangimento de tempo, também não as relacionam ou pensam a partir de si, enquanto mulheres. No excerto seguinte surge particularmente elucidativa a forma verbal “sobrevivo”, no sentido de que se “adapta” ou “coopera”, de modo a que “tudo corra bem”:

Considero que há um desequilíbrio profundo entre as tarefas propostas e esperadas e o tempo efetivamente existente para as realizar. Considero também que as tarefas de docência exigem muito tempo e dedicação e que, posteriormente, não são devidamente valorizadas na avaliação de desempenho, prejudicando os docentes que mais se lhes dediquem; isto significa que alguns docentes estão a trabalhar para sustentar outros que progridem na carreira menosprezando a docência e tarefas afins para se dedicar à investigação. Em geral, e como balanço de muitos anos de docência tenho objetivamente muito mais trabalho para o mesmo tempo disponível. Em geral, o meu trabalho (enquanto docente, investigador e responsável por cargos de gestão e interação com a sociedade) avolumou-se de tal ordem que não consigo arranjar tempo para cuidar de mim, das minhas refeições, da minha saúde, da minha casa, da minha família, de nada. Sobrevivo em todas essas áreas para que o trabalho corra bem (mulher, professora auxiliar).

Nos excertos seguintes, encontramos a mesma tipologia de discurso desferido na direção da responsabilidade individual pela organização do tempo de forma “eficaz”, articulada. As próprias mulheres investem, a este respeito, em discursos de caráter racionalizante, de modo a “fazerem-se compreender” como pessoas “iguais” que “conseguem” estabelecer modos organizados de usos do tempo, apesar da “sobrecarga de trabalho”:

Apesar de alguma sobrecarga de trabalho, vou conseguindo geri-lo de uma forma razoável e eficaz. Gostaria de ter mais tempo para ler na minha área de trabalho (mulher, catedrática).

No excerto abaixo, a investigadora usa a expressão “modo deadline”, assinalando-o como um estilo típico de estar na academia e na investigação, não obstante a inexistência real, na maior parte das tarefas desenvolvidas, de prazos intransponíveis:

Sim. Gostava de profissionalmente ter mais tempo para desenvolver coisas consistentes, ter tempo para pensar, para analisar e não andar sempre em modo de deadline (mulher, investigadora auxiliar).

Um outro nóculo central nas reflexões sobre o modo como descrevem e avaliam o seu tempo reside na atenção dada pelos participantes ao tempo de contrato de trabalho e à incerteza que marca as suas vidas atravessadas pela ausência de possibilidades de desenvolvimento de carreira e, ainda, pela ausência de ligações institucionais capazes de saldar a incerteza que permeia as suas vidas. No excerto seguinte, uma mulher esclarece a relação de causalidade entre a carreira e nunca ter tido filhos por falta de tempo, descrevendo, ainda, ter um perfil de uso do tempo extremamente sedimentado no modelo de valorização monetária, pois, apesar de estar em férias, teve a sensação de ter “perdido tempo”. Similarmente ao que está presente nos excertos anteriores, esta académica e investigadora foca particularmente o tempo despendido em tarefas a que atribui menos importância, embora se imponham pela urgência “perco tempos infundáveis com burocracias das encomendas e no stresse das faturas”. Na mesma linha do que dissemos anteriormente, este excerto torna a corroborar a adaptação individual e “conformada” aos regimes de tempo que se insidiam nos quotidianos organizacionais, não necessariamente por efeito de legislação, mas de forma opaca, transferindo progressivamente para os académicos e cientistas, entre outras, as tarefas de tipo administrativo e de sistematização de dados e informações. Saliente-se, ainda, no excerto, ser a própria participante a declarar ter de fazer “diretas” (não dormir de noite) de modo a cumprir certos objetivos que ela mesma estabelece para si própria:

Faço constantemente diretas (fico sem dormir de noite) para submeter projetos, escrever artigos corrigir monografias e relatórios e teses. Perco tempos infundáveis com burocracias das encomendas e no stresse das faturas. Faço tudo, o meu trabalho e o dos outros. Não tenho filhos, nunca tive tempo. Não tenho um confortável lugar de professor, o meu tempo acabará daqui há uns anos...e até lá sei que não terei tempo de procurar emprego. E quando o perder ninguém terá tempo para me dar. Penso muitas vezes em que vida é esta. Tive 15 dias de férias e senti que estava a perder tempo (mulher, professora auxiliar).

Nas entrevistas que realizamos numa outra investigação acerca das trajetórias profissionais e mobilidade internacional encontramos informação que

iremos citar aqui, por envolver o mesmo público estudado para esta investigação e por desencadear conclusões acerca das “decisões de carreira”, nomeadamente decisões sobre fazer ou não mobilidade de longa e/ou curta duração noutra país que evidenciam, por um lado, esta natureza constitutiva do tempo, isto é, das normas de uso e organização do tempo e, por outro, da relevância do género na definição das possibilidades de uso do tempo e estabelecimento da duração das atividades.

Os pesquisadores e docentes que entrevistamos neste projeto falam especificamente das dificuldades de equilíbrio dos tempos entre a esfera profissional que delimita todo um horizonte de possíveis e de eventos desejáveis condizentes com os requisitos das carreiras e modelos de temporalidade institucional dominante e os tempos privados e familiares que acabam por circunscrever uma esfera por diversas vezes assinalada nos discursos dos entrevistados como resultado de escolhas e estabelecimento de “prioridades” por parte dos próprios pesquisadores/docentes.

[...] Antes era uma carreira mais flexível e agora não porque tenho um filho para criar, portanto envolve um planeamento maior, quando tive o meu filho desacelerei a circulação, mas não parei, ia a conferências e deixava-o no babysitting. Isto foi o resultado do trabalho das mulheres que tinham filhos e que conseguiram, o fato de ter filhos não ser incompatível com o trabalho académico. Na América via muito isso. Em Portugal há menos conquistas das mulheres para pudes fazer isso. Hoje o meu filho já está treinado para estar nas conferências. Meu marido está ligado à investigação, mas nem sempre é fácil articular. Há uma estrutura bastante machista, por muito que se negue na organização do mundo económico, académico. Foram as mulheres que negociaram para que essas coisas não fossem impeditivas, o fato de ter filhos (mulher, investigadora, E7, p.4).

[...] tive duas licenças (remuneradas): na 1.º estive em Londres primeiro uma semana, depois de três semanas, dividi, também por razões familiares, não podia estar muito tempo fora, também é a mulher típica em Portugal (mulher, investigadora, E8, p.3).

Não eram assim tão curtas. Já ficava mais tempo. Nessa altura já tinha um bebé pequenino, cheguei a levá-lo comigo, portanto ficava um mês, mês e meio, dois, vinha, levava-o, era um bocado complicado. (Experiência no estrangeiro) [...] os filhos é uma prioridade. Quero ser eu a criá-los. Um já está na universidade, portanto, está cá e eu estou em (nesta cidade). Portanto, o mais velho já está cá. Portanto, a minha mais nova tem 14, também é uma questão de tempo, acho eu.

Primeiro, é isso. Não queria que fosse outra pessoa a criá-los (mulher, investigadora, E38).

Tais descrições sobre a articulação entre tempos profissionais – nas suas dimensões, quotidiana e biográfica – revelam um padrão encontrado noutros estudos realizados sobre o mesmo tema (ARAÚJO; FONTES, 2013; BITENCOURT, 2013): os efeitos de gênero no tempo da e para a carreira acadêmica e de investigação revelam-se no exercício da maternidade e da paternidade, quando por um lado, aumentam as exigências de tempo e por outro, atuam os padrões enraizados sobre o dever das mães e o dever dos pais, relativamente ao cuidado das crianças e manutenção de atividades rotineiras e contínuas na esfera doméstica. Por isso, são principalmente as mulheres que abordam e falam mais amplamente dos projetos e dos afazeres familiares e são também mais elas – o que emerge como padrão típico – não só a apresentar de forma explícita os filhos como “fatores condicionadores” das decisões sobre os seus tempos, como pontos de marcação temporal, assim se definindo histórias antes e depois” dos filhos, tal como expresso nos excertos acima transcritos.

Um dos ensinamentos centrais no domínio da sociologia do tempo prende-se com a ideia de que os usos do tempo não são, do ponto de vista individual e social, apreensíveis a partir de grelhas preconcebidas e mediante esquemas lineares ou categorias fixas, particularmente quando se analisam os microuniversos quotidianos constituídos de interação, ambivalência e duplicidade. Se é certo – quer dizer, evidenciado como resultado – que os homens docentes e pesquisadores falam menos dos projetos familiares, sobretudo tomando-os como condicionantes das decisões profissionais e da disponibilidade de tempo para o ensino e a investigação, é importante ressaltar que em alguns casos são também eles mesmos expressam narrativas das suas opções entrelaçadas entre o antes e o depois dos filhos, embora fique evidente que a proximidade a essa condição é mais forte e mais curta nos discursos das mulheres.

[...] tive conversas com a possibilidade de tirar em Inglaterra o Doutoramento, mas acabei por fazer cá porque nos EUA o sítio não me interessava particularmente, não era bem a minha área e quando isso se colocou já tinha dois filhos, agora tenho três e achei que, na altura também eram pequenos e talvez noutras circunstâncias não tivesse pensado assim e no caso inglês, embora o meu grau seja português (homem, investigador, E13).

Ainda em relação a esta dimensão – da descrição dos usos do tempo - observamos diferenças entre homens e mulheres no que se refere ao detalhe com que retratam as suas atribuições diárias, ficando evidenciada a forma como há atividades cujos desempenhos são determinados mediante a observação dos lugares de poder de cada um

dos atores, entre os quais está o “lugar de gênero”. Com efeito, e em linha com a literatura explorada acerca dos processos de discriminação e segregação na academia, verifica-se serem as mulheres que mais tempo dedicam a atividades de menor interesse ou relevo para a avaliação pessoal, embora sejam atividades que consomem muito tempo. Estamos a falar de tarefas muito relacionadas com atividades de gestão, tais como organização de calendários, horários, seleção de candidaturas, revisão de salas, vigilância de exames, relatórios, entre várias outras, parte das quais recentemente acrescidas, devido ao aumento e reforço dos patamares de controle das atividades, através de tecnologias de informação e comunicação.

Ao contrário do que algumas abordagens preconizam quanto ao conformismo e adequação por parte das mulheres a estas tarefas mais rotineiras, menos prestigiantes e capazes de produzir reconhecimento, constatamos - pelo menos através dos discursos das mulheres participantes - que as mulheres desencadeiam ações marcadas pela dissonância, isto é, por um lado acedem ao desempenho destas atividades por vezes ouvindo frases de incentivo à manutenção da dominação masculina (“você tem mais jeito para essas coisas”), mas, por outro, resistem-lhes denunciando o quanto consideram esses desempenhos formas de exploração. De qualquer modo esta resistência não indica clara reflexividade sobre a condição de gênero. Antes, é uma reflexividade voltada para a crítica ao tempo e temporalidade institucional, a responsáveis que estão fora da interação.

## VI.I- Influência das tecnologias de informação e comunicação e mídia, em geral, no tempo de que dispõem e nos modos de uso

No seio dos estudos sobre gênero e tempo encontramos os trabalhos que analisam as relações com as tecnologias de informação e de comunicação cujo uso se intensifica e alastra a todas as esferas da vida e, portanto, nos domínios da atividade de ensino e de investigação científica, incluindo administração. Entre as diversas conclusões a que estes estudos têm chegado, destaque-se a ideia de que as tecnologias estão relacionadas com usos diferenciados entre homens e mulheres, sendo que se revelam mais propícias a ganhar tempo no caso dos homens, do que no caso das mulheres, dado que o tempo eventualmente poupado tem mais probabilidade de ser investido noutras atividades.

É certo que se trata de uma tendência de enorme amplitude que se acentua à medida que se expande o capitalismo acadêmico na sua globalidade, incluindo o aumento das interações e dependências com a comunidade envolvente – mercado, sociedade civil e mídia. Além disso, trata-se de processos que estão a alterar os padrões de trabalho e de comunicação no trabalho de ensino e de investigação que se tornam atividades profundamente

desmaterializadas e mediadas, sugerindo (e obrigando) à suspensão de fronteiras espaços - temporais e, portanto, dos limites entre o mundo profissional e o mundo privado e/ou familiar que fica completamente permeável a qualquer tipo de pedido de outra esfera. Os docentes entrevistados, contudo, tem um ponto de vista convergente no que respeita à forma como avaliam a introdução e o reforço do uso das tecnologias de informação e comunicação: são tendencialmente bastante críticos, afirmando que as tecnologias de informação e comunicação, embora aparentemente pareçam fazer ganhar tempo, envolvem cuidados e detalhes que implicam mais controle do seu próprio tempo, falando em aumento da burocratização, aceleram o tempo e se acrescentam “acrescentam oportunidades”, também crescem “dilemas” por isso “A gestão tornou-se muito mais penosa nos últimos anos com as tecnologias”.

Mas, não sendo muito evidentes as diferenças de gênero no que respeita à tipologia dos discursos que tendem a versar genericamente sobre a tendência global para o aumento de controle do tempo e suspensão de fronteiras espaços temporais entre atividades, elas aparecem de forma um pouco mais implícita, quando os participantes enunciam comparações entre o “seu” tempo (tido como escasso) e o dos “outros” (normalmente classificado como mais abundante). No excerto que apresentamos a seguir, a fala de uma investigadora dirige a crítica justamente a “um burocrata”, que está “sentado” e que não compreende os fluxos de trabalho na prática, por isso “cria” ferramentas que a fazem “perder tempo”. Por outro, afirma que enquanto o seu tempo é escasso, o “dos colegas” por vezes não é, aumentando o seu nível de crítica por “aqueles” usarem redes sociais, entre as quais o que descreve, desvalorizando, como facebooks, skypes e “afins”.

De um modo genérico, supostamente as tecnologias deveriam facilitar e ajudar a que tudo fosse mais eficiente, mas, na verdade, isso não acontece. Os SIG, as Intranets e todas essas ferramentas do DEMO que algum burocrata sentado na secretária criou, fazem-me perder muito tempo. É ridícula a energia que gastamos para justificar uma missão, para validar um projeto. Os campos infundáveis que se tem de preencher. As outras tecnologias como redes sociais e outras não me fazem perder tempo, pois não tenho mesmo tempo nem paciência para elas (mulher, investigadora auxiliar).

Trata-se de um discurso comum na academia e caracterizador do modo de estar no e com o tempo por parte das mulheres, sobretudo quando estas desempenham vários papéis e assumem posturas de gestão do tempo com elevada disciplina, eliminando tudo o que parece, no limite, menos ético (não trabalho). Este achado é muito importante no domínio da sociologia do tempo e gênero, pois a consulta a redes sociais e outras ações são consideradas na literatura

sobre a produtividade e carreiras acadêmicas fontes de capital social relevante para o estabelecimento de ligações que podem conduzir a convites de vários tipos, assim como ao reconhecimento do investigador no espaço público. Não querendo este resultado afirmar que as mulheres não usem as redes sociais, ele é indicativo de que elas, sobretudo quando desenvolvem várias atividades, incluindo responsabilidades domésticas e familiares, tendem a usar com menor frequência esses meios, tendendo à encenação da sua própria desvalorização, por não representarem trabalho efetivo:

Por um lado, as tecnologias (nomeadamente, acesso à web, por exemplo) facilitam gestos como a consulta/pesquisa bibliográfica, a comunicação em geral, entre outros; por outro lado, servem de meio de “invasão” do meu tempo pessoal, ou seja, do tempo em que, por direito, não tenho de me encontrar “ligada” à Universidade, em particular aos fins-de-semana (mulher, professora auxiliar).

É certo que não é obrigatório estar-se “ligado” à universidade durante o fim de semana, mas a verdade é que as tecnologias permitem a contínua presença de grande parte de todas as atividades que constituem as atividades de ensino e de investigação, cuja grande característica é serem imprevisíveis e não contarem com outputs/metassubjetivas estandardizadas. A este respeito, a informação recolhida através dos questionários, juntamente com a observação permite assumir que as mulheres, de novo por efeitos dos condicionamentos sociais de papéis, se vem constrangidas a despendar menos tempo em atividades durante os períodos de lazer/tempo livre dos seus familiares, do que os seus colegas homens em situações familiares idênticas. E mesmo que se autodefinam como não carreiristas e com necessidade de conseguir tempo para si, livre de atribuições relacionadas com o ensino e a investigação, vivem numa situação de permanente tempo aberto, isto é, cheio de possibilidades de realização de mais um texto, uma leitura, um resumo, uma análise, uma consulta, com o qual sentem mais dificuldade em lidar, do que os homens que também chegam a revelar dilemas idênticos, não vividos com a mesma intensidade/dramaticidade.

### **VIII - Reflexividade sobre constrangimentos institucionais e políticos/modos de marcação temporal**

Os tempos organizacionais são absolutamente relevantes para entender as experiências individuais, pois estas surgem condicionadas por aqueles que, já vimos, não são isentos de ideologias e de valores acerca do tempo e da sua rentabilidade no mundo do ensino e da investigação. Versamos sobre um público que, não tendo tido manifestações públicas de relevo no espaço de debate político em Portugal nos últimos anos – revelando, até, segundo alguns setores, algum conformismo ideológico

– toma como característica mais marcante a capacidade de se posicionar perante o mundo e sobre este produzir um discurso analítico, seja este de conformismo ou de crítica. Como observamos, revelam bastante dificuldade em expressar de forma direta o que pensam sobre o seu tempo, em termos gerais, fazendo notar o caráter tomado como garantido dos regimes temporais por onde circulam os seus quotidianos tendencialmente bastante constituídos na base da permeabilidade constante a todas as esferas e a todos os tempos (ensino, administração, família).

Todavia, são em geral bastante críticos no que respeita à forma como analisam o grau de autonomia que tem na administração do seu tempo – sobretudo para lidar com a própria natureza dos tempos de orientação e de investigação científica (que são tipicamente circulares e obsedem a lógicas muito próprias distantes de uma temporalidade externa medida através de calendário ou relógio. Nessa linha, os seus discursos sobre a forma como as instituições e atores com poder de decisão pensam os tempos da investigação e do ensino e os articulam com as temporalidades do planeamento, do mercado e da demografia revelam a atenção a formas opacas e sutis de “invasão” dos tempos pessoais. Os excertos seguintes elucidam sobre a tipologia da crítica erigida em relação às temporalidades organizacionais, observando-se, principalmente, o sentimento de desapossamento do tempo por parte do investigador/professor, face a um tempo “de trabalho” que, tal como vincamos várias vezes no texto, não é em si um tempo iminente marcado segundo regras e normas temporais standardizadas e conhecidas, mas resulta das próprias metas e objetivos traçados pelo ator, face a um sistema de avaliação indefinido e o qual consolida uma das características básicas da atividade que é a acumulação ad infinitum:

Penso que olham para os docentes/pesquisadores como roldanas descartáveis; quando uma se parte (ou adoece), substitui-se. Até lá, sobrecarrega-se o que for preciso sem atender ao tempo real das tarefas atribuídas, ou à justiça na distribuição das tarefas entre todos os colegas. Os docentes/pesquisadores trabalham sem limite de tempo, na universidade e em casa, noites e fins-de-semana, sendo isso considerado normal. Se se pedir para um funcionário colocar um aviso ou enviar um e-mail fora do seu tempo de trabalho isso é considerado um grave abuso dos seus direitos. Os docentes/pesquisadores não têm objetivamente qualquer direito a este nível. É suposto trabalharem a qualquer hora, nas férias e sempre (mulher, professora auxiliar).

O tempo do outro deixou de ter limites e fronteiras, uma vez que o funcionário está em permanente estado de alerta e prevenção, recebe mensagens de dia e de noite, à semana e ao fim-de-semana. Neste sentido, a diferença apontada por

Weber, na burocracia, entre a esfera privada e o desempenho do cargo na esfera profissional, foi diluída e, em certos casos, simplesmente desapareceu. O teletrabalho penetrou há muito na profissão académica, apenas uma das dimensões típicas da intensificação do trabalho académico (homem, professor catedrático).

Horrível. A ideia de medir o tempo que se dedica às tarefas. Para fazer isso, os pesquisadores têm de investir muito tempo, o que é um paradoxo. Às vezes parece que os pesquisadores estão ao serviço dos serviços burocráticos, e deveria ser ao inverso (homem, post-doc).

Mas o que me parece é que as instituições, neste caso as universidades, deveriam refletir mais sobre esta questão da gestão do tempo, abandonando-se o pressuposto tácito de que temos sempre tempo para fazer tudo. Uma maior racionalização do trabalho (por exemplo, ao nível do nº e tempo de reuniões) também seria necessária (mulher, catedrática).

Ignoram a questão. Tudo é pedido para “ontem” com inúmeros avisos de que o prazo se está a esgotar (mulher, auxiliar).

Na análise que fizemos às respostas ao questionário, bem como à observação etnográfica, é possível propor que esta tendência que caracteriza os modos de regulação temporal institucional, realizada através da progressiva e implícita tomada dos tempos não formalmente contados – como a orientação, a preparação, o erro, o teste, a candidatura, etc. – surte experiências de tempo diferenciadas entre homens e mulheres, pois, atendendo às disposições crescentes para a imposição de temporalidades de tipo aberto (particularmente na avaliação), assim como ao reforço permanente de erosão de fronteiras espaço-temporais no exercício da atividade de ensino e investigação, o tempo tornar-se-á ainda mais escasso, particularmente no caso das mulheres com atribuições domésticas e familiares e/ou com projetos biográficos que os incluem.

Retomando o que mais gostariam de realizar os docentes/pesquisadores se tivessem tempo, observamos que se trata de um espaço em que se cria melhor visibilidade para as diferenças de gênero e, sobretudo, aos lugares de gênero, tal como compreendidos e vividos pelos próprios e expressos através dos discursos (WEST; ZIMMERMAN, 2009). Com efeito, as respostas aos questionários enfatizam o desejo de ter mais tempo justamente para atividades relacionadas com os universos privados e familiares, não atividades de “sobrevivência”, mas atividades de qualidade. Na mesma linha do que temos vindo a dizer a propósito de outras dimensões, observamos que tanto homens como mulheres tendem a chamar os tempos privados para o domínio do tempo que consideram ter menos

disponível. Mas, elas próprias “fazendo gênero” (WEST; ZIMMERMAN, 2009), são mais as mulheres a admitir e a enfatizar a interconexão entre tempo profissional e tempo privado. Uma docente/investigadora escreve que gostaria de ter mais tempo para organizar detalhes da sua vida, contando que sente que a sua própria casa não se encontra ao nível que gostaria, por dedicar muito tempo à atividade profissional. Nesse excerto que apresentamos a seguir é explícita a reflexividade crítica sobre as temporalidades dominantes, ao “sentir-se escravizada”, embora essa condição não seja atribuída ao gênero. Além disso, esse estado de “escravidão” é tendencialmente explicado pelo que acontece na universidade e com os tempos da universidade e não pelo que acontece ou pela forma como estão construídas as expectativas acerca dos outros tempos, os tempos que precisam de ser “dados” pelas mulheres para que estas “cumpram” os seus papéis socialmente esperados: organizar a casa, organizar as coisas, estar com a família, dormir e poder cozinhar refeições, de modo a não sentir “vergonha” de ter a casa desarrumada – uma tarefa que atribuí a si própria, quase independentemente das suas exigências profissionais:

Organizar a minha casa, organizar as minhas coisas, estar com a família, dormir e poder cozinhar refeições. Sinto-me escravizada por não as poder realizar na frequência desejada. Se alguma coisa falha na minha casa não posso chamar um funcionário para a arranjar porque não tive tempo de arrumar a casa e tenho vergonha. Passam-se meses e meses assim, com coisas por consertar (mulher, professora auxiliar).

Outra participante do sexo feminino afirma, na mesma linha, que desejaria de ter mais tempo para ter uma vida “normal”, definindo uma relação de causalidade entre essas exigências – grande parte das quais estabelecidas por si própria no quadro do trabalho de investigação e ensino que não é estritamente regulado – e as suas relações afetivas, porque fica “exausta”, demonstrando também aqui o mesmo tipo de assunção sobre a necessidade de, sendo mulher, estar preparada ao desempenho simultâneo de vários papéis, socialmente esperados:

Ter uma vida mais normal. Ter todos os fins-de-semana para descansar, quando quase não tenho nenhum, fechar a porta do trabalho e abrir a de casa e não é isso que acontece. Estou sobrecarregada e exausta e isso já afetou a minha relação afetiva muitas vezes (mulher, professora auxiliar).

O tempo que se vive ao nível das atividades científicas e académicas é marcado pela pesada influência de pressupostos e fundamentos ideológicos inscritos nas subjetividades dos atores. Por outras palavras, as temporalidades académicas e institucionais não só estão cada vez mais ligadas e inscritas nas práticas individuais

(através de controlos e vigilâncias, responsabilizações de vários tipos), como destilam modos de responsabilização e de culpabilização. Estes, ora se inserem no corpo dos académicos e pesquisadores no seu todo, ainda considerados um “mundo a parte”, face à sociedade, vendo a si atribuídos, segundo lógicas de funcionamento atual, “privilégios” de uso do tempo, ora se inscrevem na própria estrutura hierarquizada da carreira académica que gera continuamente diferenciações de poder na base de indicadores mais positivistas como a produtividade, mas também de outros mais velados, como o gênero e a idade. Tais relações de poder são invisíveis, difusas e percorrem os universos e as negociações quotidianas de forma camuflada, a ponto de serem facilmente transmutáveis, ora em discursos, ora em práticas de valorização/desvalorização. Analisar os tempos na academia e na ciência, sobretudo a partir de uma perspectiva de gênero torna-se um exercício complexo, pois encontra-se na academia os reflexos dos padrões sociais em vigor. Para além disso, a própria ciência e academia contém e reproduzem os seus próprios mecanismos de seleção e de integração, incluindo formas veladas de sucesso académico que permitem linearizar o tempo. A investigação de Leanhey(2006), por exemplo, demonstrou haver mais probabilidade da parte dos homens pesquisadores para disporem a sua atividade académica de forma linear, pois desenvolviam percursos bastante assentes na especialização (aprofundamento de um tema), ganhando, assim, visibilidade e reconhecimento num tema específico, com acesso a redes de relacionamento e publicação.

O mesmo, afirma-se no estudo, não acontecia com igual frequência nas mulheres que apresentam percursos com maior dispersão e, portanto, com mais permeabilidade a tarefas de índole diversa. O que este estudo mostra é a multidimensionalidade do fenómeno que ultrapassa o efeito mais “isolado” dos papéis assumidos por homens e por mulheres dentro e fora da academia e da ciência, evidenciando as vantagens adicionais que podem prometer o seguimento dos modelos temporais estandardizados e homogeneizantes que se impõem de dentro das estruturas cognitivas dos próprios atores sociais (WILLIAMS, 2013), dispondo-os a respostas reativas e pouco reflexivas, adicionadas, em certos momentos de culpa: não culpa por atribuírem mais tempo à família ou a projetos/tempos pessoais, mas culpa por não responderem de forma tão eficaz como seria desejável a todas as exigências organizacionais de modo a responder a demandas de foro privado e familiar que acabam “naturalmente” por ficarem para trás: a família surge “penalizada”, por exemplo.

Podemos, assim, afirmar, que os discursos sobre os usos do tempo, mesmo sendo potenciando análises reflexivas, acabam sendo discursos sobre o “peso” dos tempos pessoais (familiares e profissionais) enquanto tais, quase imutáveis e inultrapassáveis, atendendo a variáveis institucionais e também ao gênero. Esta variável é revelada

ao longo do estudo através do seu caráter essencialista através dos quais homens e mulheres se vêm a si e entre si como diferentes no que respeita ao conjunto de atribuições que carregam fora da academia e da ciência, mas iguais entre si no interior do mesmo espaço, assim subscrivendo um discurso artificial de igualdade pelo mérito, com debilidade notória a respeito da consciência feminista eventualmente expetável.

Não encontramos neste estudo ainda exploratório evidências sobre a menor ambição das mulheres, pelo menos em termos de uma abordagem mais racional à questão (KAN, 2006), embora seja possível inferir que ela esteja presente em alguns casos, à semelhança do que afirma Baker (2010), para o contexto neo-zelandês, sobretudo quando, chegadas a um determinado nível, as mulheres desistirem do esforço adicional que precisam de fazer para chegar às mesmas posições atingidas pelos colegas homens - o que nos leva a um problematização de elevado grau de complexidade, atendendo à relevância de outras variáveis, entre as quais a tipologia das aspirações sociais que marcam os seus percursos dentro da academia (Kmec, 2010).

Os excertos apresentados e a análise elaborada, embora tenha, por inerência da própria informação obtida, dado grande espaço a variáveis de índole familiar e pessoal, considerando que estas afetam de forma distinta homens e mulheres na mesma situação académica, por efeito da pressão social sobre elas existente, abrem novas perspectivas de análise sobre as relações sociais de gênero no espaço da academia e da ciência. Isto porque, face aos modos de estruturação atuais dos tempos nestes dois campos interligados entre si, por via inclusivamente dos métodos de avaliação e de reconhecimento, emergem novas variáveis a considerar e que não aparecem ainda de modo implícito e algo inconsciente nesta fase nos discursos dos participantes do estudo. Trata-se justa e paradoxalmente, da quantidade e qualidade do tempo dedicado à investigação e à escrita de artigos que segue uma tendência masculinizadora, no quadro de tais regimes de tempo.

Muito concretamente, e de forma assaz opaca, as elites de governo do tempo e dos regimes de temporalidade, usam formas indutoras de várias ordens de modo a dispor “naturalmente”, as mulheres a atividades de caráter urgente e rotineiro, mas vitais à reprodução do sistema e, por vezes, usando técnicas discursivas elogiadoras das “qualidades inatas” das mulheres para este tipo de tarefa de cuidado, deixando mais tempo e disponibilidade aos homens para a construção de redes de relação e, acima de tudo, investigação. É certo que esta relação não é linear. É notória, baseando-nos na observação que fizemos, a influência de outras variáveis, nomeadamente a classe (e a densidade de relações com as elites de coordenadoras dos grupos de investigação e governo das instituições), o estatuto marital (e, particularmente, a relação amorosa com homens mulheres académicas), existência de filhos e,

muito importante, o estatuto académico e que atuam em conjunto com o gênero na definição de tais quantidades e disponibilidades de tempo, incluindo maior ou menor grau de “ajuda” da parte dos funcionários administrativos em alguns tipos de tarefa.

Por exemplo, é mais recorrente que uma funcionária (a maioria das tarefas administrativas na investigação e administração das instituições é feminina), espere que as professoras/investigadoras de mais baixo nível hierárquico, sendo mulheres e tendo essa posição, cumpram os prazos e estejam atentas a certos detalhes. O mesmo não acontece no caso de se tratar de professores e investigadores, particularmente se tem posições mais elevadas e em relação aos quais, as mesmas funcionárias, esperam ter de “ajudá-los” a levar a cabo tais atividades. Mais uma vez observamos que o gênero, enquanto variável, atua no seio dos próprios tecidos de poder instalados e caracterizadores dos campos em questão, em situações históricas determinadas e também no contexto das características específicas das próprias culturas científicas. Nestes pontos, os resultados do nosso trabalho aproximam-se dos reportados por Bentley (2011), sobre a Austrália.

### Algumas Considerações Finais

Os estudos acerca das temporalidades e tempos institucionais têm proposto análises de suma importância para o entendimento dos modos de vida dos sujeitos sociais, permitindo assinalar, principalmente, como a complexificação das organizações – convivendo com vários regimes temporais – progride a par de várias sobreposições e dessincronias temporais que afetam por um lado a experiência individual e subjetiva dos sujeitos, mas também as relações entre si e a própria capacidade de resposta das organizações aos seus objetivos e missões. Por várias vezes, os estudos do tempo criticaram o domínio do tempo e da temporalidade masculina a respeito dos modos de pensar, encarar, planejar e administrar o tempo. O alcance desta ideia é enorme no sentido em que, tal como observamos pelos resultados apresentados, não só existem padrões enraizados e continuamente reforçados pelos próprios sujeitos – homens e mulheres - sobre o que define uma carreira académica ideal que passam por princípios de orientação temporal tipicamente masculina, como as próprias temporalidades institucionais – nos seus diferentes níveis e escalas – evidenciam a operacionalização de normativos temporais, mesmo em contextos complexos e incertos – como o ensino e sobretudo a investigação – marcados pela valorização da linearidade, continuidade e planeamento.

Tal como observei no início é importante fazer algumas interseções entre os estudos da ciência e tecnologia e os estudos do tempo, das organizações e da ciência, de modo a entender os sentidos e os dilemas colocados pelo tempo de ensino e investigação e analisando, em

concreto, as experiências e os discursos dos próprios atores envolvidos. Importa, assim, salientar que não só os discursos sobre o tempo são identificativos de modelos e de padrões nos modos de pensar e usar o tempo, como são também veículos de expressão identitária, não só a respeito das diferenças hierárquicas entre as várias posições dentro do sistema de ciência e de ensino superior, como em relação às próprias categorias profissionais em questão.

A problemática do tempo na academia e na investigação é de suma importância num contexto político e ideológico que tem vindo a enfatizar a necessidade de políticas públicas de promoção de acesso e permanência das mulheres na ciência. O que este estudo evidencia, na sequência de vários outros promovidos sobre temas afins, é que há desigualdades importantes no acesso ao tempo e na possibilidade e maneira de o usar. Parte dessas desigualdades, expressa-se de forma bastante objetiva através dos regimes de tempo quotidianamente definidos (reuniões, encontros, datas de viagens, procedimentos, horários) em relação aos quais as mulheres sentem mais dificuldades. Outra parte é profundamente implícita e respeita a modos de atuação formal e institucionalizada veiculados e justificados como necessários e únicos.

Observamos, no contexto de uma análise aos discursos sobre o tempo, que, além das formas implícitas de desvalorização do tempo das mulheres nos contextos académicos (que passam pela atribuição de tarefas consumidoras de tempo, mas menos valorizadas) que tais desigualdades são evidenciadas muito concretamente no que respeita a projetos e a tempos familiares e pessoais. Tal levando em conta tanto o plano do presente e do quotidiano (a forma como as mulheres e homens respondem às diversas exigências), como no plano biográfico (como homens e mulheres planejam as suas escolhas relativamente às carreiras de investigação e de ensino e contornam/abdicam/antecipam ou adiam eventos familiares, sobretudo ter filhos, como forma de evitarem colisão de exigências de tempo, no plano profissional). Um plano que é ele próprio – genericamente falando – um plano marcado pela precaridade e pelo domínio do tempo aberto, da avaliação continua e imprevisível e bem expresso na fragilidade dos contratos de trabalho e na duração dos mesmos.

## Referências

AIT ALI, Nawel e ROUCH, Jean-Pierre. (2015). “Le « je suis débordé » de l’enseignant-chercheur”. *Temporalités*, n.18. Disponível: <http://temporalites.revues.org/2632>. 10/09/2015

AMÂNCIO, Lígia. e Ávila, Patrícia (1995). “O género na ciência”. In: JESUÍNO, Jorge Correia (ed.) *A comunidade científica portuguesa*, Oeiras: Celta. p. 135-162.

APPADURAI, Arjun. (1996). *Modernity at Large*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

ARAÚJO, Emília e FONTES, Margarida. (2013). “Mobilidade de Pesquisadores em Portugal: uma abordagem de género /Mobility of researchers in Portugal - a gender approach”. *Revista Ibero-Americana de Ciência e Tecnologia*, n.23:p.9-43

BAGIHOLE, Barbara e GOODE, Jakie. (2001). “The Contradiction of the Myth of Individual Merit, and the Reality of a Patriarchal Support System in Academic Careers: A Feminist Investigation”. *The European Journal of Women’s Studies*, vol.8, n.2: p.161-180.

BAKER, Maureen. (2010). “Career confidence and gendered expectations of academic promotion”. *Journal of Sociology*, vol. 46, n.3: p.317-334.

BENTLEY, Peter. (2011). “Gender differences and factors affecting publication productivity among Australian university academics”. *Journal of Sociology*, vol.48, n.1:p.85-103.

BERNARD, Jessy. (1964). *Academic women*. University Park: Pennsylvania University Press.

BITENCOURT, Silvana. (2013). *Maternidade e Carreira: Reflexões de Acadêmicas na Fase do Doutorado*. Judai: Paco Editorial.

BOUFFARTIGUE, Paul e LANCIANO-MORANDAT, Caroline. (2015). “Les temporalités de la recherche, introduction”, *Temporalités*, n.18. Disponível: <http://temporalites.revues.org/2540>. 10-09-2015

BOUFFARTIGUE, Paul. (2010). “The Gender division of paid and domestic work - Some remarks in favour of a temporal perspective”. *Time & Society*, vol.19, n.2: p. 220-238

BRADLEY, Karen. (2001). “The incorporation of women into higher education: paradoxical outcomes?”. *Sociology of Education*, vol.73, n.1: p.1-18.

BROOKS, Anne. (2001). *Academic women*. Open University Press: Society for Research Into Higher Education.

BURCHILL, Louise. (2010). “Becoming-Woman: A metamorphosis in the present relegating repetition of gendered time to the past”. *Time & Society*, vol.19, n.1: p.81-97.



- CHAMBERLAIN, Mariam. (1998). *Women in academe: progress and prospects*. New York: Russell.
- CHRISLER, Joan. (1990). *Teacher versus scholar: role conflict for women?*. In: COLLINS, Lynn (ed.) *Career strategies for women in academe: Arming Athena*. Thousand Oaks: Sage. p.135-156.
- COLLINS, Patricia Hill. (1990). *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. London. Routledge.
- DEVETTER, François-Xavier. (2009). *Gender differences in time availability: Evidence from France*. *Gender, Work & Organization*, vol. 16, n. 4: p. 429-450.
- DUBAR, Claude. (2004). *“Régimes de temporalités et mutation des temps sociaux”*. *Temporalités*, n.1:p.118-129.
- FORSTER, N. (2002). *“A case study of women academics’ views on equal opportunities, career prospects and work-family conflicts in a British university”*. *Women in Management Review*, vol.15, n.7: p.316-330.
- FOX, Mary.(1995). *“Women and scientific careers”*. In: JASANOFF, Sheila; MARKLE, Gerald; PETERSON, James & PITCH, Trevor (eds) *Handbook of science and technology studies*.Newbury Park: Sage.p. 205-223.
- FOX, Mary.(2001). *“Women, science, and academia: Graduate education and careers”*. *Gender & Society*. n.15:p.654-666.
- FOX, Mary.(2005). *“Gender, family characteristics, and publication productivity among scientists”*. *Social Studies of Science*, n.35:p.131-150.
- FRITSCH, Nina-Sophie. (2015). *“At the leading edge – does gender still matter? A qualitative study of prevailing obstacles and successful coping strategies in academia”*. *Current Sociology*, vol. 63: p. 547-565.
- GAIO, Gina. (2001). *“O gênero na ciência: o caso particular da Universidade do Minho”*. In: CONGRESSO NACIONAL DE SOCIOLOGIA, 5, Coimbra.
- HARVEY, David. (1996). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 6 ed. São Paulo: Loyola.
- HERMAN, Clem. (2009). *“Paying the price: the impact of maternity on career progression of women scientists and engineers in Europe”*. In: IHSEN,Susan et al.(eds) *Gender and Diversity in Engineering and Science (Report 39) VDI*, Dusseldorf.
- KAN, Man Yee. (2007). *“Work Orientation and Wives’ Employment Careers: An Evaluation of Hakim’s Preference Theory”*. *Work and Occupations*, vol. 34: p. 430-462
- KIM, T. (2001). *Gender and subject in higher education*. Buckingham: The society for Higher Education.
- KMEC, Julie A. e GORMAN, Elizabeth H. (2010). *“Gender and discretionary work effort: evidence from the United States and Britain”*. *Work and Occupations*, vol. 37: p. 3-36.
- KRISTEVA, Julia. (1979). *New maladies of the soul*. New York: Columbia University Press, 1979.
- LEAHEY, Erin. (2006). *“Gender differences in productivity: Research specialization as a missing Link”*. *Gender & Society*, vol. 20: p.754-780.
- LECCARDI, Carmen e RAMPAZI, Marita. (1993). *“Past and future in young women’s experience of time”*. *Time & Society*, vol.2, n.3: p.353-379.
- MALCOLM, Tight. (2010). *“Are academics workloads increasing? The post-war survey evidence in the UK”*. *Higher Education Quarterly*, vol.64, n.2: p. 200-215.
- MENZIES, Heather e NEWSON, Janice. (2007). *“No time to think: Academics’ life in the globally wired university”*. *Time & Society*, vol.16, n.1: p.83-98.
- MENZIES, Heather e NEWSON, Janice. (2008). *“Time, stress and intellectual engagement in academic work: Exploring gender difference”*. *Gender, Work and Organization*. vol.15, n.5: p.504-522.
- NOONAN, Jeff. (2015). *“Thought-time, Money-time and the conditions of free academic labour”*. *Time & Society*, vol.24,n.1: p.109-128.
- PERISTA, Heloísa (coord.); FREITAS, Fátima; MAXIMIANO, Sandra; FONTAÍNHA, Elsa (1999), *Os usos do tempo e o valor do trabalho: uma questão de gênero*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Coleção “Estudos”, Série A - Estudos gerais, nº 15 (Estudo realizado para a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego).
- ROSA, Hartmut. (2010). *Alienation and Acceleration: Towards a critical theory of late-modern temporality*. Malmö: NSU Press.

- SAGARIA, Mary Ann. (2012). Women, Universities, and Change Gender Equality in the European Union and the United States. Danowitz.
- SLAUGHTER, Sheila e LESLIE, Larry. (1999). Academic capitalism: Politics, policies, and the entrepreneurial university. Baltimore: JohnHopkinsuniversityPress.
- SMITH, Simon. (2015). "Multiple temporalities of knowing in academic research". Social Science Information, vol.54, n.2: p. 149-176.
- SMITH-DOERR, Laurel. (2004). Women's work: gender equality vs. hierarchy in the life sciences. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers.
- SPURLING, Nicola. (2015). "Differential experiences of time in academic work: How qualities of time are made in practice". Time & Society, vol.0, n.0: p.1-23.
- STEPHAN, Paula. (2012). How economics shape science. Harvard University Press.
- VOSTAL, Filip. (2015). "Academic life in the fast lane: The experience of time and speed in British academia". Time & Society, vol.24, n.1: p.71-95.
- WARD, Kelly e WOLF-WENDEL, Lisa. (2012). Academic motherhood: How faculty manage work and family. Rutgers University Press.
- WEST, Candace e ZIMMERMAN, Don H. (2009). "Accounting for Doing Gender". Gender & Society, vol.23, n.1: p.112-122.
- WHITTINGTON, Kjersten Bunker. (2011). "Mothers of invention? gender, motherhood, and new dimensions of productivity in the science profession". Work and Occupations, vol.38,n.3:p. 417 – 456.
- WILLIAMS, Christine L. (2013). "The glass escalator, Revisited: Gender inequality in neoliberal times, SWS Feminist Lecturer. Gender & Society, vol. 27: p. 609-629.
- WINSLOW, Sarah. (2010). "Gender inequality and time allocations among academic faculty". Gender & Society, n.24, n.6: p.769-793.
- YLIJOKI, Oili-Helena e HANS, Mäntylä. (2003). "Conflicting time perspectives in academic work". Time & Society, vol.12, n.1: p.55–78.
- YLIJOKI, Oili-Helena. (2010). "Future orientation in episodic labour: Short-term academics as a case in point". Time & Society, vol.19, n.3:p.365–386.
- YLIJOKI, Oili-Helena. (2013). "Boundary-work between work and life in the high-speed university". Studies in Higher Education, vol.38, n.2: p.242 –255.